

*Discurso na cerimônia de assinatura da
Medida Provisória que reformula os fundos
fiscais de investimento do Nordeste e da
Amazônia e o Fundo de Recuperação
Econômica do Estado do Espírito Santo*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 3 DE AGOSTO DE 2000

Senhor Vice-Presidente da República, meu companheiro Marco Maciel; Ministro Pedro Malan, da Fazenda; Ministro Fernando Bezerra, que é o Ministro de Estado da Integração Nacional; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores, tão numerosos, aqui presentes, com suas pessoas e as pessoas dos Vice-Governadores; Senhores Parlamentares também presentes; Senhoras e Senhores,

Só me resta elogiar a ação do Ministro Fernando Bezerra, que tem se desincumbido, da maneira melhor possível, da tarefa que lhe foi cometida, que era de constituir o Ministério da Integração Nacional, com vistas a uma renovação dos modos pelos quais o Brasil passou a encarar a questão da desigualdade regional.

Não se trata, neste momento, de voltarmos a práticas que foram úteis a seu tempo, mas que, hoje, já não têm mais sentido, diante das transformações ocorridas no Brasil. Algumas regiões, que eram as relativamente mais atrasadas, embora tenham avançado e ainda mantenham algum problema de atraso relativo, hoje já dispõem de

uma capacidade decisória incomparavelmente maior do que a capacidade decisória que era disponível há vinte ou trinta anos.

Hoje, estamos diante de um novo Nordeste e de uma nova Amazônia, para não falar de um novo Centro-Oeste. E a tarefa do Ministério de Integração Nacional é não apenas a de concentrar-se nas áreas que foram críticas no passado, mas a de estender sua ação por todo o País, incluindo as regiões do Sul do Brasil, também, porque nelas encontramos um desequilíbrio que precisa ser corrigido.

Prrém, mais do que isso, trata-se de apostar mais na iniciativa dos próprios setores locais. Esse conjunto de medidas que o Ministro Fernando Bezerra vem apresentar é a expressão disso. Na verdade, é um voto de confiança do Brasil na capacidade produtiva dos setores nordestinos e amazônicos. E essa confiança é de tal ordem que todos aqueles mecanismos, que poderiam parecer “assistencialistas”, crescentemente tornam-se mecanismos de transparência, mecanismo de competição, mecanismo de mercado. Mas com realismo, ou seja, sabendo-se da necessidade da presença ativa do Estado, para dar rumos em questões, sobretudo, de infra-estrutura.

E uma das medidas anunciadas pelo Ministro Bezerra, do PIN-Proterra é muito importante nessa direção, porque vai viabilizar, também, a utilização de mais recursos, que poderão ser canalizados para projetos estruturadores da região. Isso é o fundamental.

É por isso que, nessa nova modificação, se introduz a idéia de que os descontos de Imposto de Renda não serão para quaisquer iniciativas, mas para iniciativas que coincidam com o desejo efetivo da população, tal como esse desejo se expressa no Plano Plurianual que passou pelo Congresso Nacional. Foi proposta do Governo Federal, mas foi aprovado pelo Congresso Nacional e, portanto, pelos representantes legítimos dessas regiões.

Há um conjunto de medidas, de investimentos e de ações que permitem uma configuração, digamos, mais integrada, do Brasil. Nós já partimos da necessidade dessa integração, no conjunto da economia brasileira. E é a partir dessa idéia, de que temos norte, temos rumo, é que se fez essa nova série de medidas. Foram feitas

para que possamos, então, adequar os fundos existentes aos desafios do presente.

Esses fundos, em seu conjunto, têm uma importância grande. O Ministro mencionou 3,8 bilhões de reais. É alguma coisa de significativo e que, se utilizados de uma maneira adequada, certamente renderão frutos.

É preciso que o próprio Brasil saiba que os recursos aplicados no Finor já renderam cerca de 2 mil empreendimentos. Dos 3 mil propostos, 2 mil estão em marcha, estão existindo. Ou seja, às vezes há a idéia de que houve um grande desperdício. Terá havido desperdício, não nego. Terá havido desvio de finalidade, não nego. Mas também houve algo que se concretizou. Então, o correto não é acabar com eles, é dar-lhes uma destinação adequada aos anseios da região e do Brasil.

É o que se está fazendo e eu quero lhes dizer que o Ministro Bezerra tem sido incansável, nesta luta do dia-a-dia. Só os que estão dentro do Governo sabem como é difícil compatibilizar pontos de vista, fazer com que as medidas sejam, realmente, expressão da vontade do Governo e não só de um Ministério, e que elas tenham, portanto, o apoio do Presidente da República, mas, sobretudo, que elas estejam em sintonia com o que espera a sociedade.

O Ministro Bezerra tem feito isso incansavelmente, sobretudo nessa última alusão que ele fez ao projeto do São Francisco, que requer uma paciência infinita – que ele tem tido – e até mesmo um controle de momentos de maior emoção, para que se possa chegar ao resultado almejado por ele e por mim, que é o de ver essas questões resolvidas de uma maneira que contente a todos. E não é fácil.

Mas quero também aproveitar a oportunidade para dizer-lhes que, se estamos hoje podendo tomar essas decisões, algumas têm interesse muito direto para o setor empresarial, como a definição de taxas fixas de juros – já o disse o Ministro –, que só foi possível porque conseguimos garantir uma situação macroeconômica favorável. Portanto, essas medidas todas não podem ser consideradas fora do contexto de um país que está fazendo um esforço muito grande de seriedade, de transparência, de ajuste das contas públicas, de controle da inflação, de restrições orçamentárias que, às vezes, se

impõem. É neste contexto que estamos operando, mas com aquela fé, com aquela convicção de que já estamos começando a colher os frutos de um esforço, que foi enorme, de todo o povo brasileiro.

Quando se verifica, hoje, o que está acontecendo em termos de investimento, vemos até mesmo aquilo que era o mais difícil: oferta de emprego. Ainda hoje, saiu um dado do IBGE: caiu, de novo, a taxa de desemprego e aumentou o nível de emprego. Talvez, o nível de emprego no Brasil, da população economicamente ocupada, esteja atingindo o mais alto nível da sua história, apesar de todas as dificuldades. Pois bem, por causa disso, porque temos a absoluta convicção de que demos a volta por cima, de que o Brasil está crescendo, tomamos medidas, eu até diria, de antecipação deste momento.

Algumas são, já hoje, de conhecimento geral: o Refis, que foi uma medida para desafogar as empresas que estavam engasgadas com Fisco. Tomamos as medidas necessárias para permitir que as empresas tivessem fôlego para avançar. Não nos esquecemos das micro e pequenas empresas.

E, se há um programa vitorioso, é um programa que se chama Brasil Empreendedor, no qual foi possível atingir já cerca de 1 milhão de pessoas que tomariam empréstimos, os quais imaginávamos que, nessa altura, deveriam ser de 8 bilhões de dólares de reais, em 12 meses. Já atingiram mais de 7 bilhões, em nove meses. Ou seja, uma capacitação além do empréstimo, porque esse empréstimo é, em média, de 9 mil reais. Portanto, é muita gente tomando empréstimo. E, além do empréstimo, com taxas de juros razoáveis, há uma outra questão: há a capacitação. Um esforço conjunto com o Sebrae, com o Ministério do Desenvolvimento, com a Caixa Econômica, com o Banco do Brasil.

Estamos capacitando o pequeno e o microempresário para que eles, realmente, possam tomar um empréstimo que seja útil e não que vá afogá-los no dia seguinte, pela incapacidade de pagar, porque, muitas vezes, não houve aquela relação necessária entre o custo do projeto e o benefício que ele pode render. Esse mecanismo também foi feito – e isso eu disse há um ano, porque já tínhamos a ante-

cipação de que haveria um momento de colher frutos, que é o momento ao qual estamos chegando agora.

E, no caso específico da região nordestina e da Região Amazônica, essa preocupação é muito grande, porque todas as vezes em que se fala em desequilíbrios regionais, em desequilíbrios sociais, a concentração dos problemas está nessas regiões, sobretudo na região nordestina. Então, foi por isso também que nós tomamos a decisão de investir ainda mais no social, nessas regiões. Esse programa que o Ministro mencionou, com esse nome de remédio, de que não gosto, IDH-14, quer dizer o seguinte: Índice de Desenvolvimento Humano em 14 Estados. Tomamos os 14 estados cujos índices de desenvolvimento humano medidos pelas Nações Unidas estão abaixo da média. Estamos reforçando os programas de educação e de saúde. Estamos generalizando as bolsas-escola. Basta dizer que, só em um dos programas do Ministério da Educação com as Prefeituras municipais, estamos dando 1 milhão de bolsas-escola. Um milhão de bolsas-escola. É bastante.

Em Brasília e em Campinas, que foram cidades pioneiras nisso – em Brasília eram 25 mil – o Governo Federal já está distribuindo 1 milhão de bolsas. A maior parte dessas bolsas e, sobretudo agora, com esse programa novo, vai estar concentrada nessas regiões, que são as que mais necessitam, as que mais precisam.

A mesma coisa no que diz respeito à saúde. Os grupos que formam os setores de saúde de família, os médicos de família, as equipes com médicos de família, nós dobramos o número delas. Nós temos cerca de 10 mil equipes funcionando, sobretudo nessas regiões, que são as que mais necessitam.

Não se trata, portanto, simplesmente de uma visão de mais investimento, que é essencial, mas é mais investimento também na área social. E a área social que mais necessita é dessas regiões como a da Amazônia e as regiões do Nordeste, e nós estamos fazendo.

Junto com esse programa, há um outro ao qual atribuo uma enorme importância, chama-se Luz no Campo. A Eletrobrás – porque tem, hoje, recursos que sobram, porque há investimento do setor privado na energia – tem compromisso conosco e está fazendo, através do Mi-

nistério de Minas e Energia, um programa que, em alguns estados, vai eliminar completamente a ausência de energia em todas as casas no campo, do Brasil. E não é fácil, porque são espalhadas. E isso, também, estamos fazendo no Nordeste do Brasil. É um programa federal, que tem uma importância enorme, porque facilita a vida, permite uma melhoria de condição de vida e tem efeitos, até mesmo, sobre educação, porque permite ler à noite. Enfim, há uma série de benefícios que são sensíveis a essas populações mais pobres.

Nós preparamos, de alguma maneira, o Brasil, para que possa, daqui por diante, crescer, e crescer de uma maneira afirmativa. E, quando digo afirmativo, estou dizendo: crescer na economia e crescer no bem-estar da população, crescer no social.

É dentro desse contexto que estamos tomando essas medidas agora, que não são apenas para beneficiar os empresários. Não. Não são só os empresários e os trabalhadores, não. É o conjunto da população. E são medidas, digamos, disciplinadoras e moralizadoras.

E quero, por isso mesmo, felicitar o Ministro Fernando Bezerra. Agradecer, como ele já o fez, a cooperação dos demais Ministros, sobretudo dos Ministros da área econômica que, no fim, vão ter que pagar a conta. E dizer que estamos, todos, muito confiantes nos efeitos dessas medidas que estão sendo tomadas. Mas, sobretudo, estamos muito confiantes no ânimo do povo brasileiro, de continuar construindo uma grande Nação.

Dou os meus parabéns. Agradeço a presença dos Governadores. Temos contado com o permanente diálogo com os Governadores dos estados. E, se não fosse esse diálogo, não teríamos conseguido, em muitos momentos de aflição, como ainda recente, em Alagoas e Pernambuco – e aqui está o Governador de Alagoas e o representante de Pernambuco – uma ação eficaz, de novo. Foi através do Ministério da Integração Regional que nós pudemos atender com presteza às vítimas de uma enchente extraordinária.

Agradeço, portanto, a todos, e transfiro os aplausos ao Ministro Fernando Bezerra.